

A FORMAÇÃO DO LEITOR LITERÁRIO NA ESCOLA PÚBLICA

Verônica Maria de Araújo PONTES¹

RESUMO

A importância dada à leitura e formação de leitores no espaço escolar tem sido frequente nos discursos oficiais dos programas e propostas voltadas para a educação, incluindo o Programa Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) do governo Federal e a Lei estadual 9.169 de 15 de janeiro de 2009/RN. Precisamos verificar se o contexto educacional, especificamente o espaço escolar, tem sido contemplado por ações que visem a formação de leitores. Desde 1998, no Estado do Rio Grande do Norte, pudemos constatar que as bibliotecas escolares têm instalações físicas inadequadas, acervo fragilizado e desatualizado e pessoal que exerce suas funções apenas realizando empréstimos, sem intenção de formar leitores e sem nenhuma interferência efetiva do poder público. Já nos anos de 2007, 2008 e 2009, verificamos a existência de projetos voltados para a promoção da leitura no espaço da biblioteca escolar, principalmente da rede pública estadual. Assim, objetivamos: verificar as condições de funcionamento da biblioteca escolar e detectar suas prioridades; conhecer os projetos existentes para a biblioteca escolar em torno da formação de leitores; compreender como se dá a efetivação desses projetos na rede pública estadual; identificar o tipo de acervo existente no espaço da biblioteca e conhecer a formação dos responsáveis pela biblioteca escolar. Para isso, com base em autores como Silva (1986), Azevedo (2006), Pontes (1998, 2009), Milanese (1991), Manguel (1997), Zilberman (1988), entre outros, e em uma pesquisa documental e de campo, verificamos os espaços da biblioteca escolar e do pessoal responsável pela promoção da leitura nesse local.

PALAVRAS-CHAVE: Formação leitora; leitor; biblioteca escolar.

1 Os Discursos Oficiais Brasileiros em torno da Leitura

Tratamos aqui de documentos oficiais sobre a leitura em nosso país, como: Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN; e alguns programas de incentivo à leitura com origem no Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL.

¹ UERN, Faculdade de Educação, Departamento de Educação, Av. Francisco Mota, 4492. 59626-105, Mossoró, RN, Brasil, veronicauern@gmail.com.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN tratam do currículo em áreas e conteúdos disciplinares para todos os níveis de ensino. O Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE será analisado tendo em vista o seu papel na formação do leitor, mesmo não sendo o lugar por nós pesquisado que foi a sala de aula, mas muito importante também, como é o caso da biblioteca escolar, ambiente propício à leitura e à formação do leitor na escola.

O Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL trata especificamente, como o próprio título indica, do Livro, da leitura, e dá uma noção imediata do discurso oficial inerente aos teóricos que pensam a leitura e que estão à frente dos programas do governo. Sendo assim, achamos fundamental estudá-lo e verificar qual noção se tem sobre a leitura literária nesse documento e, ainda, quais obras estão sendo propostas para serem veiculadas nas instituições escolares públicas do Brasil.

Além disso, outros programas locais, municipais ou estaduais, e específicos, através de Organizações Não Governamentais - ONGs, que têm em vista a formação de leitores nas escolas públicas, serão destacados nas análises sobre os sujeitos envolvidos na pesquisa de campo.

1.1 Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN e o Ensino de Língua Portuguesa

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN foram publicados em 1997 e tiveram em sua organização e elaboração profissionais de educação de diversas áreas de todo o país que discutiram, refletiram e analisaram a forma de organização dos diversos conteúdos nas múltiplas áreas de ensino. Esse documento possibilita compreendermos as diretrizes curriculares gerais de cada disciplina específica e para cada série de ensino. Dessa forma, temos um PCN de Língua Portuguesa para o ensino de 1º e 2º ciclo e também para todo o ensino fundamental e médio.

No livro sobre Língua Portuguesa, dos PCN, encontramos um item com o título APRENDER E ENSINAR LÍNGUA PORTUGUESA NA ESCOLA, que tem em um dos seus subtítulos: *O texto como unidade de ensino*. Achamos interessante relatar aqui a forma como se reflete sobre o texto nesse documento:

Não se formam leitores oferecendo materiais de leitura empobrecidos, justamente no momento em que as crianças são iniciadas no mundo da

escrita. As pessoas aprendem a gostar de ler quando, de alguma forma, a qualidade de suas vidas melhora com a leitura. (Brasil, 1997:29)

Analisamos esse aspecto do texto dos PCN como um aspecto positivo, já que, ao falar de leitura, este documento reconhece a forma empobrecida dos textos que têm sido veiculados pela escola para os alunos. Esse fator positivo, no discurso de 1997, faz com que possamos refletir sobre as mudanças ocorridas nas práticas escolares das séries iniciais a partir de então, já que temos a responsabilidade, como educadores, de iniciar o contato do educando com materiais de leitura, principalmente textos literários.

1.2 O Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE

Ainda em 1997, foi criado o Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE, sob a gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com recursos financeiros originários do Orçamento Geral da União e da arrecadação do salário-educação. O PNBE tem o objetivo de promover o acesso à cultura e à informação e *o incentivo à formação do hábito da leitura*² nos alunos, nos professores e na população.

A palavra “hábito” está vinculada ao estabelecimento da formação do leitor nesse documento oficial. No entanto, alertamos para o fato de que, ao mencionar hábito, temos em vista uma repetição de atos que, por si só, determinaria a aprendizagem, o que pode acontecer se aplicado ao ensino de atos reflexos simples, como afirma Vigotsky (1991), no entanto, falha claramente quando aplicado a processos psicológicos complexos, como é o caso da leitura.

Para Araújo (1996:95):

Pensar a leitura como hábito ou como significado faz diferença, sim. E diz da nossa postura enquanto cidadãos e educadores e das nossas concepções de leitura, aprendizagem, sociedade e aluno. Que tipo de aluno queremos formar? Um sujeito passivo, sem autonomia, repetidor mecânico à força do hábito? Ou um sujeito questionador, capaz de estabelecer ligações lógicas, tomar posição frente a situações, imaginar e criar, enfim extrair sentido do mundo em que vive?

A perspectiva de leitura e de desenvolvimento do gosto de ler que defendemos aqui é uma perspectiva de significado, de prazer e entendimento e, por isso, não é

² Grifo nosso

mecânica nem permite atos meramente ilustrativos do ato de ler, mas exige interação do leitor, envolvimento, paixão e gosto pelo que lê.

Mesmo com a ideia de formar no aluno o hábito de ler, o PNBE possibilita, ao professor e ao aluno, acesso ao diversificado e rico mundo de obras literárias de potencial recepção infantil, em que estão presentes acervos de grandes autores e ilustradores brasileiros e de outros países, bem como de histórias tradicionais da literatura em geral.

Dessa forma, o professor poderá fazer uso dessas obras literárias na formação do seu aluno/leitor.

Em 1999, o PNBE distribuiu 109 obras de literatura infantil e juvenil a cada escola de ensino público que oferecia do 1º ao 4º ano do ensino básico. O acervo era distribuído em uma caixa-estante com formato de escola.

Em 2001, através da ação denominada *Literatura em Minha Casa*, o PNBE distribuiu 6 coleções diferentes, cada uma com 5 títulos incluindo: poesia de autor brasileiro, conto, novela, clássico da literatura universal e uma peça teatral. Essas coleções eram entregues ao aluno para levar para sua casa e expandir a leitura em seu ambiente familiar. Além dos alunos, a ação *Literatura em Minha Casa* distribuiu para as escolas 4 acervos a serem incluídos em sua biblioteca escolar.

No ano de 2002, a mesma ação *Literatura em Minha Casa* distribuiu 8 coleções de diferentes editoras com os mesmos 5 títulos citados. Os alunos do 4º ano receberam uma coleção e as escolas um acervo.

Nos anos de 2003 e 2004, o PNBE atendeu a alunos de outros anos de escolaridade, a partir do 4º ano.

Em 2005, o PNBE contemplou alunos que utilizam a Língua Brasileira de Sinais – Libras,³ visando atender às suas necessidades educacionais especiais. Assim, foi distribuída para os alunos a Coleção de clássicos da Literatura em Libras, em CD-ROM, para fazer parte da biblioteca da escola e para ser trabalhada em sala de aula.

Em 2008, o PNBE, mais uma vez, incluiu em seu atendimento as escolas com alunos das séries iniciais de ensino, disponibilizando acervos compostos por textos em verso, em prosa, livros de imagens e de histórias em quadrinhos, entre os quais obras clássicas da literatura universal adaptadas.⁴

3 LIBRAS é o sistema de sinais utilizado pelos alunos que não escutam.

4 Informação veiculada na página do FNDE: www.fnde.gov.br

A diversidade dos textos dá ao aluno oportunidade de conhecimento, escolha, e de apropriação do belo esboçado em vários gêneros textuais e de variadas formas. No entanto, obras clássicas da literatura, quando adaptadas ao público infantil, perdem em conteúdo e valor literário, pois, sintetizadas através da escolha de alguém, passam, então, a se encontrarem direcionadas para o público por quem as escolheu e modificou, deixando de ser lidas, em sua íntegra, por leitores que pudessem fazer, livremente, as suas próprias escolhas pelas partes interessantes do livro ou por todo o texto nele escrito.

Devemos primar pela qualidade da obra literária e, com isso, distribuí-la nos diversos contextos escolares, não apenas pela quantidade dos títulos e dos acervos a serem entregues às escolas, visto que sabemos da enorme produção editorial nem sempre correspondente ao valor que uma obra literária deve ter, em seus aspectos qualitativos e significativos.

O PNBE ainda apresentava como proposta apoiar projetos de capacitação e atualização do professor dos anos iniciais e do Ensino Fundamental com registro de matrícula superior a 500 alunos, baseado no Censo Escolar de 1996.

Segundo dados oficiais do próprio PNBE, foram beneficiados 16,6 milhões de alunos, com um total de 4,2 milhões de livros distribuídos.

Apesar de não restar dúvida de que o PNBE investiu na distribuição de obras literárias, não visualizamos projeções de ações em relação à formação dos professores mediadores da leitura e responsáveis pela formação de alunos/leitores.

E, então, fazemos, com Perrotti (1990:17), a seguinte reflexão:

Acreditar, nos nossos dias atuais, que soluções atentas exclusivamente aos níveis operacionais das questões culturais possam conduzir a novo estado de coisas é fechar os olhos a uma realidade extremamente cambiante, que não se rende a fórmulas passadas. Na verdade, a formação de leitores em nossos dias exige bem mais que possuir ou ter escolas e bibliotecas em pleno funcionamento.

É impossível pensar em mudança de percepção de leitura e investir em formação de leitores sem investir em formação de profissionais capacitados para atuarem nessa perspectiva. Sendo assim, é preciso que se pense em mudanças significativas e qualitativas, e não apenas em distribuição de obras literárias junto às escolas e/ou alunos.

O que, substancialmente, precisa mudar é a compreensão do adulto perante a importância da leitura e do livro em sua vida, no que diz respeito à inserção na vida

social como também em relação à amplitude e formação da criticidade e do conhecimento do mundo.

Para isso, nossos educadores, professores, mediadores de leitura, quer estejam na biblioteca escolar quer estejam na sala de aula e na comunidade escolar, precisam estar conscientes da responsabilidade de formar leitores que sejam capazes de não apenas decodificarem as letras ou de ler o texto superficialmente, mas que sejam capazes de ir além, desvendando os mistérios e as profundezas que trazem uma boa leitura, uma boa obra literária, tornando-se então um ser ativo, que dialoga com o próprio texto e amplia a sua capacidade leitora a cada dia.

É necessário também que se avalie, constantemente, como são empregados os recursos empreendidos na distribuição e na utilização das obras literárias, e isso passa pela prestação de contas do investimento educacional nas bibliotecas das instituições educativas e no pessoal.

1.3 O Plano Nacional do Livro e da Leitura - PNLL

O Plano Nacional do Livro e da Leitura - PNLL foi criado em 2006 e chega a contemplar, em seu discurso e na proposta de suas ações, o que criticamos, anteriormente, no PNBE, visto que está direcionado para a qualificação dos recursos humanos e para a ampliação das oportunidades de acesso da comunidade escolar a diferentes materiais de leitura.

Dessa forma, o PNLL tem em sua proposta quatro ações principais: 1) Formação continuada de profissionais da escola e da biblioteca – professores, gestores e demais agentes responsáveis pela área da leitura; 2) Produção e distribuição de materiais de orientação, como a Revista Leituras; 3) Parcerias e redes de leitura: implantação de Centros de Leitura Multimídia; 4) Ampliação e implementação de bibliotecas escolares e dotação de acervos – Programa Nacional Biblioteca da Escola/PNBE.⁵

Percebemos, assim, uma ampliação na concepção de formação do leitor, visto que a distribuição dos livros é apenas um item de ação deste plano, tendo nas suas ações um olhar mais focado para a formação dos possíveis mediadores de leitura que possam contribuir para a implementação de uma política de leitura no âmbito escolar.

⁵ Fonte: Documento do Plano Nacional do Livro e Leitura, disponibilizado no site: www.pnll.gov.br

Logo no início do documento, temos 2 (duas) cartas de abertura que nos dão uma ideia da compreensão de leitura e do que se pretende enfatizar no PNLL, neste momento.

Encontramos um primeiro texto do então Ministro da Cultura Gilberto Gil que, ao se pronunciar sobre a leitura, fala das possibilidades de o leitor expandir, ir além:

Ler é abrir janelas, destramar portas, enxergar com outros olhares, estabelecer novas conexões, construir pontes que ligam o que somos com o que outros, tantos outros, imaginaram, pensaram, escreveram. Ler é fazer-nos expandidos.⁶

Ao falar sobre a importância da leitura na escola, Gilberto Gil expõe alguns dados a partir do Relatório da Pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, indicando que 61% dos brasileiros adultos alfabetizados têm muito pouco ou nenhum contato com livros; e que 6,5 milhões de pessoas das camadas mais pobres da população dizem não ter nenhuma condição de adquirir um livro.

E assim, o então Ministro da Cultura evidencia a preocupação do estado em suprir essa falta de leitura e de contato com livros da maioria da população e essa proposta do PNLL tem em vista a consolidação de ações que possibilitem o avanço da leitura no país, efetivada em dois eixos: o acesso ao livro e a formação de leitores.

O outro texto, encontrado no início do documento, é do Ministro da Educação Fernando Haddad, que fala dos esforços empreendidos pelos órgãos públicos na tentativa de mudança do quadro existente em torno da leitura em nosso país e anuncia que o Plano Nacional do Livro e Leitura pode e deve tornar-se um documento de referência, em constante atualização, de modo a registrar compromissos, ações e esforços dos diferentes órgãos e entidades comprometidos com suas metas.

Fruto de encontros preparatórios realizados nas macrorregiões do Brasil (Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Ceará e Pará), no período de junho de 2004 a dezembro de 2005, o PNLL constitui-se num documento democrático e pluralista com propostas baseadas no que se ouviu e se discutiu a partir de olhares de diferentes regiões do país.

A construção do plano levou em conta dados sobre os alunos obtidos nas avaliações do SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e do PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos.

⁶ Ibid.

O SAEB⁷ revelou que 59% dos estudantes da 4^a série do Ensino Fundamental ainda não desenvolveram as competências básicas de leitura, ou seja, não compreendem os níveis elementares de um texto escrito. Um desempenho de 20% a mais foi constatado nas escolas em que a prática de leitura é constante entre os alunos.

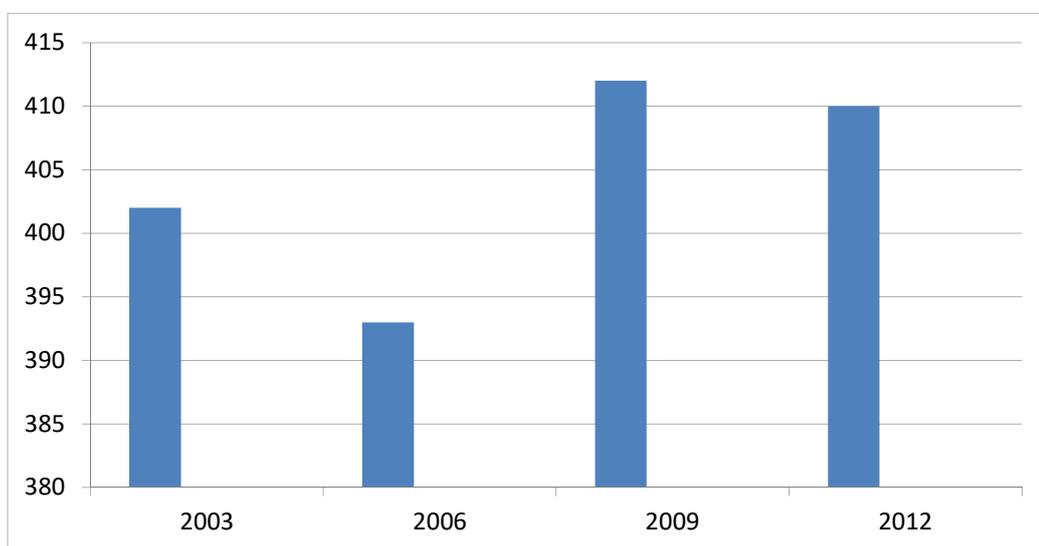
O PISA avalia, desde 2000, a cada 3 (três) anos, três áreas do conhecimento: ciências, matemática e leitura, priorizando, em cada ano, uma área: em 2000 - Leitura; 2003 - Matemática; 2006 - Ciências; 2009 - Leitura; 2012 - Matemática.

Esse programa pretende avaliar conhecimentos e habilidades que são necessários em situações do cotidiano dos alunos. Os alunos que participam da avaliação estão na faixa etária de: 15 anos e 3 meses e 16 anos e 3 meses.

Em 2000, participaram do PISA 43 (quarenta e três) países, no ano de 2003, participaram 41 (quarenta e um), no ano de 2006, o número de países participantes aumentou para 56 (cinquenta e seis) e, em 2009, para 62 países, em 2012, participaram 61 países.

O Brasil não ficou em boa posição na avaliação da área de leitura como podemos observar no gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Níveis de letramento dos estudantes brasileiros



Fonte: Relatório do INEP/MEC sobre o PISA

⁷ O SAEB é um sistema de avaliação desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) que, a partir de 1990, aplica, a cada biênio, exames de proficiência em Matemática e Língua Portuguesa (especificamente em leitura) a estudantes do 4^o ano, da 8^a série do Ensino Fundamental e da 3^a série do Ensino Médio, nas redes de ensino pública e privada, em todas as regiões do Brasil.

O PISA, na área de leitura, avalia o uso e a compreensão de textos escritos e a reflexão sobre esses textos, tendo em vista alcançar os objetivos pessoais do aprendiz, desenvolver o conhecimento e o potencial individuais visando a participação plena na vida em sociedade.

Considerando os últimos anos, em 2009, o Brasil apresentou um aumento em relação ao ano de 2003 e 2006, mas uma queda, no ano de 2012, em relação ao índice de letramento dos nossos alunos.

O Brasil encontra-se, atualmente, no nível 2 de literacia em leitura, segundo a avaliação do PISA, nível que indica o leitor como capaz de localizar uma ou mais informações que podem precisar de inferências e atividades que podem incluir comparações entre o texto e seus conhecimentos da experiência pessoal.

Como o PISA apresenta resultados de avaliação que variam de 1 ao nível 6, percebemos que os nossos estudantes ainda não passaram para um nível intermediário de leitura, em que os sentidos da leitura são construídos pelo próprio leitor e em que há independência, conexão e identificação maior do leitor e texto. Essa avaliação nos faz refletir sobre a necessidade urgente de avanços na promoção do acesso à leitura e na formação de leitores, o que nos possibilita também refletir sobre o papel da escola nessa formação e sua capacidade de inserir o leitor em seu mundo, estabelecendo relações com os conhecimentos provenientes das leituras e fazendo uso desses conhecimentos e leituras na realidade de seu cotidiano social.

Depois do PISA, a leitura no Brasil

De certo modo, esses resultados insatisfatórios do PISA na avaliação do letramento fez com que se estabelecesse uma reflexão em nível nacional sobre o que tem sido feito no ensino de língua portuguesa e sobre o papel da escola nesse percurso de formação de leitores.

Outras reflexões precisam ser feitas a partir desse diagnóstico de leitura, visto que o currículo escolar dedica tanto tempo ao ensino da língua portuguesa, durante, pelo menos, 9 anos, até o aluno chegar à idade de 15 anos (faixa etária de alunos avaliados no PISA).

Por isso, a discussão em torno da leitura em nosso país, vem acontecendo, atualmente, de forma mais profunda e rotineiramente, o que pode ser bem percebido através das pesquisas, de eventos em todo o país em torno da temática, e ainda através de projetos, propostas e programas governamentais que viabilizam a formação de mediadores de leitura e circulação de livros no país.

Hoje não se discute a aprendizagem de leitura sem se voltar para a sua continuidade ligada, principalmente, à leitura literária. O que ainda não se discute muito, pelo menos em certo grau de aprofundamento, é a formação desse leitor de forma livre e consciente, a fim de que seja capaz de fazer suas próprias escolhas, de ler pelo simples prazer e entretenimento que a leitura ocasiona.

O pouco que se tem discutido ou que possa ser visto nos discursos oficiais dos programas, projetos e propostas governamentais está, quase sempre, associando a leitura com o hábito e o incentivo de ler, como se o ato de ler de forma repetida formasse bons leitores.

Esquecemos que a leitura, enquanto obrigatoriedade e cobrança, já tem sido uma prática na instituição escolar brasileira há muitos anos e nem por isso conseguimos formar alunos/leitores que sequer deem significado ao texto, que o compreendam e que dele possam tirar suas próprias conclusões. Na verdade, o que temos, e o PISA comprova, é um leitor que decodifica e extrai algumas informações do texto, mas dele não faz uso para a sua vida e prática social.

2 A Leitura na Cidade de Mossoró - RN: relatos de uma pesquisa

As bibliotecas que se encontram nos espaços escolares têm ou, pelo menos, deveriam ter, como objetivo principal, despertar o interesse dos alunos para a leitura e incentivá-los a aprender a gostar da leitura. Uma biblioteca não é feita apenas por livros, mas também se faz necessário uma boa infraestrutura para que se possa proporcionar um maior conforto e uma melhor acessibilidade ao leitor. Além disso, para que o papel da biblioteca na escola seja bem desempenhado é importante que ela se encontre bem organizada e os que nela trabalham entendam esse espaço como centro de referência de informações.

Levando em conta relatos de pesquisas realizadas, desde 1998, no Estado do Rio

Grande do Norte, pode-se constatar que as bibliotecas escolares têm suas instalações físicas inadequadas, além de um acervo fragilizado e desatualizado e com pessoal que exerce suas funções para cumprir horários estabelecidos.

Com a preocupação de investigar a atual e real situação em que nossas escolas se encontram, tomamos por base os discursos voltados para a biblioteca escolar, com o objetivo de verificar as condições de seu funcionamento e detectar as suas prioridades, conhecer os projetos existentes para a biblioteca escolar em torno da formação de leitores; compreender como se dá a efetivação desses projetos na rede pública municipal, identificar o tipo de acervo existente no espaço da biblioteca e conhecer a formação dos responsáveis por ela. Para isso, realizamos uma pesquisa de campo nesses espaços de leitura da Cidade de Mossoró.

Dados do Censo Escolar 2010, realizado pelo Ministério da Educação (MEC), relatam a situação preocupante em que se encontram nossas bibliotecas escolares: a cada dez escolas, sete não têm acervo de livros disponível para seus estudantes. Apenas 30,4% das escolas brasileiras, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, possuem bibliotecas. Um percentual menor do que as 38,9% com acesso à internet.

No Estado do Rio Grande do Norte, foi sancionada a Lei 9.169, de 15 de janeiro de 2009, que Dispõe sobre a Criação da Política Estadual de Promoção da Leitura Literária nas Escolas Públicas do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras Providências.

Entendendo que a escola deve desenvolver um trabalho voltado para uma formação crítica e que, por isso, não pode se contentar apenas em ser transmissora de conhecimentos que, talvez, estarão defasados antes mesmo que o aluno termine sua educação fundamental, mas ser capaz de promover oportunidades de aprendizagem que proporcionem ao estudante condições de aprender e gostarem de aprender, faz-se necessário que os que nela trabalham entendam a biblioteca escolar como um centro de referência, e essa lei dispõe sobre isso quando afirma que todas as escolas deverão ter o espaço de leitura assegurado com as condições necessárias ao seu funcionamento.

Com a preocupação de saber como se apresenta o quadro de nossas escolas, foi feita uma pesquisa de campo em que escolhemos uma amostra de 5 das 29 escolas municipais da cidade de Mossoró para coleta de dados, em busca de conhecer a real situação em que elas se encontram.

Nossa pesquisa teve como objetivo verificar o que tem sido feito em torno da formação do leitor na biblioteca escolar, que deve ser um espaço ativo, dinâmico,

responsável pela busca e formação de leitores, bem como um eixo cultural que propicie o fortalecimento da nossa cultura e o acesso ao conhecimento de culturas diversas, o que, para Milanesi (1991), representa um centro de cultura.

A nossa análise deu-se a partir da Lei 9.169, de 2009, que assegura espaços de leitura em todo o Estado do Rio Grande do Norte, assim como a partir de pesquisas realizadas por Pontes (2006,2009, 2010), Azevedo (2006), Zilberman (2003), Silva (2006), entre outros, que estudaram diversos espaços e formas de assegurar a formação leitora em nosso país e em Portugal.

Os sujeitos da nossa pesquisa são os responsáveis pela biblioteca, denominados de auxiliares de biblioteca, bem como os sujeitos envolvidos nos projetos existentes em torno da formação do leitor no contexto escolar.

A nossa amostra deste universo foi de, pelo menos, uma escola situada em cada zona da Cidade de Mossoró-RN, com os auxiliares de biblioteca em atuação nesse espaço. Entendemos que esta amostra deu uma visão da realidade mossoroense em bairros diversificados. Com isso, realizamos observações em torno do espaço existente, da formação dos auxiliares ali presentes e das atividades com finalidades de formação leitora.

Analisamos os documentos à luz da APD (Análise Proposicional do Discurso), pois sabemos da existência de discursos visíveis ou não nesses documentos e que carregam consigo a visão dos sujeitos envolvidos na construção de projetos e propostas educativas, seja para o nosso país, região, estado ou cidade.

Essa escolha de análise está relacionada com uma perspectiva que inclui o homem como um ser histórico e social, capaz de vivenciar e modificar o contexto em que se situa, como propõe Orlandi (2007, p. 91), quando compara outros tipos de análise com a análise de discurso: “(...) na Análise Linguística e na Análise de Conteúdo se trabalha com produtos e na Análise de Discurso com os processos de constituição (dos sujeitos e dos sentidos).”

Levando em conta os elementos explicativos da Análise de Discurso e uma tentativa de sistematização melhor dos dados é que escolhemos a Análise Proposicional do Discurso que, para Pires (2008, p.86), “(...) resulta de tentativas, ensaiadas ao longo de dez anos de busca de um maior rigor científico na análise.”

Alguns resultados

A análise da nossa pesquisa nos mostrou a realidade das bibliotecas das escolas municipais na cidade de Mossoró-RN, a partir de uma amostra composta de 5 escolas. Todas as 5 escolas foram visitadas e observadas para a coleta dos dados, o que também nos possibilitou o conhecimento dos problemas que poderiam ser a causa dessa situação.

Entendemos que esta amostra nos mostrou uma realidade mossoroense em bairros diversificados, o que possibilitou uma verificação mais concreta e real, e até comparativa, dos diferentes locais, sejam periféricos, centrais ou de locais considerados de poder aquisitivo maior.

Dentre os problemas apresentados, uma das maiores dificuldades enfrentada pelas bibliotecas é a falta de verba do governo para a criação de projetos e a falta de projetos do governo para qualificação de novos bibliotecários.

Algumas bibliotecas pesquisadas enfrentam o problema de infraestrutura, isso dificulta a visita dos alunos, pois só visitam o espaço de leitura para empréstimos de livros, já que não existe espaço suficiente para uma leitura agradável e tranquila.

Concretamente, a partir das nossas observações, apresentamos a situação de nossas bibliotecas no âmbito escolar. Quanto ao local oferecido à biblioteca nas escolas, cerca de 80% das bibliotecas visitadas dispõem de um bom espaço para a leitura, onde encontramos cadeiras e mesas para uma melhor realização dessa atividade.

Em relação à organização do local, todas possuem fichários para o registro do acervo existente e adotam a prática de empréstimo de livros, estratégia que serviu para minimizar um pouco das deficiências apresentadas por algumas dessas bibliotecas. Por outro lado, os 20% restantes apresentam um pequeno espaço, além de ser utilizado para outros fins que não dizem respeito ao verdadeiro propósito de uma biblioteca.

Em relação ao horário de funcionamento nas bibliotecas, todas disponibilizam de atendimento em todos os horários de aula. Também pudemos observar que os auxiliares bibliotecários não apresentam formação na área, são apenas readaptados à função, porém tentam suprir essa deficiência.

Os livros distribuídos nas estantes estão organizados por assuntos e disciplinas. São livros didáticos, enciclopédias, revistas, literatura infanto-juvenil, literatura em

geral e contos de fadas. Os livros didáticos estão expostos nas estantes das bibliotecas por falta de lugar para armazená-los.

A respeito da frequência dos alunos na biblioteca, cerca de 80% apresenta bom resultado e mostra um grande interesse dos alunos para a leitura, pois é mais frequente a visita dos alunos sozinhos do que acompanhados pelos professores.

Considerações Finais

Mais uma vez insistimos em que apenas os discursos oficiais e projetos voltados para a leitura e a formação de leitores não possibilitam uma ação mais eficaz e constante no atendimento às reais necessidades dos nossos alunos e aos objetivos dos programas educacionais que têm foco na leitura.

Necessário se faz, além de leis, como a nossa de 2009, que todos nós, educadores, que fazemos parte das instituições escolares e educativas sejamos capazes de perceber e de nos envolver em discussões e práticas efetivas de leitura. E não estamos falando apenas do professor de Língua Portuguesa, mas de todos os professores e educadores que, sistematicamente, encontram-se na escola e que buscam soluções inovadoras para a que a aprendizagem se efetive objetivamente.

Nossa pesquisa mostrou que a maioria das escolas pesquisadas apresenta espaço de leitura inadequado e não só apenas pela sua infraestrutura, mas também pela falta de compreensão do que é um espaço de leitura.

Os espaços visitados apresentam acervo aquém da necessidade quando, na verdade, vimos, pelos programas do governo federal relatados aqui, que eles disponibilizaram para as escolas um volume substancial de acervos literários condizentes com a faixa etária de seus alunos. Precisamos utilizar adequadamente o acervo disponível, tendo em vista a nossa responsabilidade com a aprendizagem dos nossos alunos e com o seu acesso às obras existentes.

As ações dos responsáveis pela biblioteca escolar não se encontram adequadas à dinâmica de um espaço que busca formar leitores e que, para isso, precisa ir à caça desses leitores, promover diariamente o acesso ao acervo através de ações diárias encantadoras que promovam a leitura e a sua magnitude. Essa pessoa responsável pela biblioteca deverá ser um professor sim, e muito dinâmico em suas ações, com

capacidade para promover feiras de livros, discussões e socializações de leituras feitas pelos leitores, que seja capaz de contar histórias e, acima de tudo, que goste de ler e que divulgue o que leu entre os frequentadores e possíveis frequentadores do espaço de leitura que conduz.

Assim, ao constatarmos todas essas ausências, proporcionamos, algumas vezes, preencher as lacunas existentes com projetos interventivos e ações capazes de fazer com que fosse discutido o real papel dos espaços de leitura na escola, como o Projeto LEIA - Leitura em Ação, que buscou financiamento, que foi concedido apenas para o ensino médio, mas sempre que possível, envolvemos estudos e discussões com professores das escolas públicas da Cidade de Mossoró para que pudéssemos pensar a respeito e modificar esses espaços que encantam e possibilitam a imaginação e a criatividade dos que a frequentam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Araújo, Miriam Dantas de. 1996. Do Hábito de Ler à Leitura como Significado: Qual a Diferença? In: Amarilha, Marly (org.). *1º Seminário Educação e Leitura. 1995, Natal, Anais* Natal: UFRN. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Educação. pp.88-95

Azevedo, Fernando. 2006. *Língua Materna e literatura infantil: elementos nucleares para professores do ensino básico*. Lisboa: Lidel.

Brasil. 1997. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Secretaria de Educação Fundamental: Brasília.

Brasil. 2009. Lei 9.169 de 15 de janeiro de 2009. *Dispõe sobre a Criação da Política Estadual de Promoção da Leitura Literária nas Escolas Públicas do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras Providências*.

Milanesi, Luiz. 1991. *Ordenar para Desordenar*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Orlandi, Eni P. 2007. *Análise de Discurso: Princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.

Perrotti, Edmir. 2007. *Literatura Infantil e Juvenil e Práticas de Leitura*. São Bernardo do Campo: Secretaria de Educação e Cultura.

Pires, José. 2008. *Teoria e Prática da Análise Proposicional do Discurso*. João Pessoa: Idéia.

Pontes, Verônica Maria de Araújo. 1998. *Biblioteca Escolar e escola: uma relação evidente?* Dissertação de Mestrado em Educação e Comunicação Universidade Federal

do Rio Grande do Norte, Natal: UFRN, 1998. 118 p..

_____.2009. *A Recepção do Fantástico e do Maravilhoso na Literatura Infantil*: Um estudo de caso em escolas públicas de Portugal e do Brasil. 25 Tese de Doutorado em Educação – Universidade do Minho.Braga:Portugal, 2009. 452 p.

_____.2011. *Espaços de Leitura: concepção, identidade, visibilidade e dinamização*. In: Rosa, Claudia Santa. *A Leitura Literária na Escola Pública Potiguar*. Natal: Ide.

Vigotsky, Lev Semenovich.1991. *Pensamento E Linguagem*. 3.ed. Tradução: Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes.

Zilberman, Regina (org.). 1988. *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*. 9.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto.